

*“É preciso fazer a mística”: o forjar de uma identidade coletiva sem terra**

FABIANO COELHO¹

Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: Na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), existe uma prática chamada mística, que vem sendo desenvolvida desde sua criação. Entre as diversas ações que o Movimento empreende, há um constante investimento para o fazer dessa prática. Observa-se que a mística na organização do MST se tornou fundamental ao longo de sua trajetória histórica, sendo ela considerada a sua “alma”. Nesta perspectiva, o presente trabalho objetiva discutir a prática da mística no interior da organização do MST, chamando atenção para o fato de que essa prática se processa como relevante no forjar de uma identidade coletiva Sem Terra. Através da mística os sujeitos são estimulados a “interiorizar” os valores, visões de mundo, e modos de ser particulares ao Movimento.

Palavras-chave: MST; Mística; Identidade coletiva.

Abstract: In the organization of the Movement of the Rural Workers Without Land (MST), a practice called mystic exists, that has been developed since their creation. Among the several actions that the Movement undertakes, there is a constant investment for that practice. It is observed that the mystic in the organization of MST became fundamental along its historical path, being considered its "soul ". In this perspective, the present work aims to discuss the mystic's practice inside the organization of MST, focusing on the fact that the practice is processed as important agent in the forging of a collective identity of the workers Without Land. Through the mystic the subjects are stimulated "to internalize" the values, world visions, and manners of being private to the Movement.

Keywords: MST; Mystic; Collective identity.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido objeto de pesquisa nos mais distintos campos do saber, evidenciando a riqueza, amplitude e dinâmica que vem se movimentando em meio à sociedade. Criado oficialmente em 1984, o MST contribuiu com novas formas de fazer política e no processo de aceleração da reforma agrária no país. Como organização coletiva, o Movimento edificou,² nos seus mais de seus vinte e seis anos, uma estrutura organizacional contendo regras, normas e valores próprios. Não obstante, desenvolveu práticas particulares à sua organização. Nesta perspectiva, o texto objetiva discutir a prática da mística na organização do MST,³ dando destaque para o fato de que essa prática se processa como relevante no forjar de uma identidade coletiva Sem Terra.⁴

Para a elaboração do trabalho, além das referências bibliográficas, utilizaram-se algumas fontes, destacando-se os materiais publicados pelo Movimento. As fontes orais também se configuraram como relevantes na reflexão sobre o objetivo proposto, porém, são citadas apenas três entrevistas, sendo uma realizada com um grupo de acampados no acampamento Madre Cristina⁵, em Itapura – SP, no ano de 2007, e duas produzidas com um grupo de assentados no assentamento Estrela da Ilha, localizado no município de Ilha Solteira – SP,⁶ entre os anos de 2008 e 2009. Mesmo não mencionando todas as entrevistas realizadas no acampamento e assentamento, as mesmas foram significativas para a escrita do texto, alargando os horizontes nas interpretações face a mística e sua relação com a construção da identidade coletiva Sem Terra. Em determinados momentos, recorro a algumas análises sobre a produção dessas narrativas e percepções junto ao grupo de sujeitos entrevistados em tal acampamento e assentamento.

Em relação aos materiais publicados pelo MST, analiso publicações diversas. Nessa direção, as reflexões de Tânia Regina de Luca (2005, p. 11-153) e Maurice Mouillaud (2002, p. 37-47) ofereceram-me subsídios significativos para trabalhar com os materiais impressos pelo MST. Através dessas fontes tem-se a possibilidade de analisar as idéias e valores, as mudanças e permanências ideológicas do Movimento ao longo do tempo. Os discursos e imagens contidas nas publicações internas do MST são reveladores de significados sobre os objetivos, as posturas ideológicas e crenças de sua organização. Entretanto, uma preocupação fundamental em relação a esses documentos está ligada ao contexto em que foram

produzidas, pois há mudanças significativas em seus materiais no transcorrer do tempo, tanto na questão estética, quanto em seus discursos.

A prática da mística acompanhou o MST desde suas primeiras mobilizações, e o seu fazer ganhou destaque entre as tantas atividades e ações desenvolvidas por sua organização. Quando se participa de alguma atividade desenvolvida pelo MST ou se lê os seus materiais, é muito difícil não ouvir pelo menos uma vez a palavra *mística*. As expressões *fazer a mística*, *precisamos de uma dose de mística*, *não podemos deixar a mística morrer*, são comuns entre os sujeitos que integram o Movimento. Na organização do MST há um constante investimento no fazer dessa prática. A mística se tornou fundamental ao longo da trajetória histórica do Movimento, sendo esta considerada a sua *alma*.

Ressalta-se que a *mística* enfatizada é uma prática no MST e, sendo uma prática, possui algumas formas particulares de se manifestar, ou ser concretizada. A mística teve como principais incentivadores os *agentes religiosos*⁷ que apoiavam e prestavam assessoria ao MST em seus primeiros anos de existência. Assim como outras práticas, foi sendo sistematizada e ganhou destaque em meio as lutas e nas mais diversas atividades que o Movimento empreende. A mística é uma espécie de ritual e celebração, que acontece de diversas maneiras e com significados e sentidos variados. Essa prática é realizada nos mais variados espaços como nos acampamentos, assentamentos, em Encontros, Congressos e nas diversas manifestações que o MST organiza. Em geral é praticada em forma de teatro, contendo músicas, poesias e diversos elementos simbólicos em seu interior.

É possível dizer que a mística é uma herança religiosa no Movimento, advinda principalmente dos agentes religiosos que se engajaram na luta pela terra por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ao passo que o MST apreendeu a importância da mística nos trabalhos junto aos sujeitos, o mesmo se apropriou dessa prática. Mesmo praticada de forma semelhante às celebrações de mística realizadas pela CPT, no Movimento ela tomou outras conotações e sentidos. O MST ressignificou o fazer da mística em torno de suas lutas, interesses e objetivos. O Movimento começou a investir numa *mística própria*.

Para a organização do MST, a mística se tornou um *elemento estratégico*. O *estratégico* se refere ao fato de que nos diversos espaços em que é realizada, ela possui suas intencionalidades. O estudo da mística é desafiador, na medida que cada pesquisador a analisa de forma distinta, privilegiando alguns

aspectos ligados ao seu fazer. Na tentativa de erigir uma interpretação particular face à mística, a compreendo como uma *prática cultural e política* no MST, que se manifesta de forma diversa e plural. No fazer da mística, a dimensão *cultural e política* estão imbricadas, e se processam como instâncias fundamentais para o entendimento da sua produção de significados e sentidos entre os integrantes do Movimento. Deste modo, como uma prática cultural e política, o desenvolvimento da mística acaba se tornando um momento privilegiado em que se processam *construções de representações*.⁸ Ou seja, por meio da mística o MST fundamenta e representa o seu mundo, e o mundo que está porvir através das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Construindo representações em todos os espaços, no celebrar da mística, o Movimento edifica suas visões de mundo, expressa os seus valores, normas e crenças, estabelece seus inimigos e aliados nas lutas, projeta o que espera de seus integrantes, dentre outras questões relevantes. A prática da mística se tornou tão valorizada para o MST devido ao fato de que por meio dela o Movimento consegue se comunicar eficazmente com os sujeitos, evocando e ressoando representações. As representações são construídas através de todos os elementos que a compõem. No processo histórico, sendo um *poder eficaz*, a prática da mística se consolidou como elemento relevante para a organização do Movimento, edificando significados e sentidos para a vida dos homens e mulheres que o integram em sua heterogeneidade.

Um aspecto fundamental que perpassa o fazer da mística no MST, se refere a sua relevância para a construção de uma identidade coletiva, ou melhor: uma *identidade coletiva Sem Terra*. Sendo *construtora de representações*, no Movimento, a mística também se torna uma *prática identitária*. O Movimento através da mística busca edificar sua identidade coletiva, em que os sujeitos são estimulados a *interiorizar* seus valores,⁹ visões de mundo, e modos de ser particulares ao grupo.

Com o propósito de refletir sobre a prática da mística e sua relação com a construção da identidade coletiva Sem Terra, ressalto o que entendo por *identidade coletiva*, e em seguida o que seria *identidade coletiva Sem Terra*. Contudo, a princípio, o que vem a ser *identidade*, ou *identidades*? Não é tão simples definir o que é identidade, pois o próprio conceito vem sendo elaborado de longa data, nos mais variados campos do saber.¹⁰ Como o foco do trabalho é outro, não caberia discutir densamente as diversas abordagens e perspectivas que circundam o conceito *identidade*. Para tanto, *grosso modo*, compreende-se identidade como “processos em que a noção de

pertencimento e de continuidade histórica dos grupos sociais são construídas em meio a lutas sociais, políticas e econômicas e suas contradições e ambigüidades” (RIBEIRO, 2007, p. 302). Logo, identidade é uma *construção social*, que como diria Bourdieu (2006) e Chartier (1990; 2002), se erigem em meio a um “jogo”, ou “disputa” por representações. Sendo algo construído e nunca dado, as identidades não são isentas de transformações e negociações.

Peter L. Berger e Thomas Luckmann descrevem alguns apontamentos significativos sobre a complexidade que envolve o “fenômeno das identidades”.¹¹ Para eles, as identidades são formadas por processos sociais, ou seja, os sujeitos e os grupos sociais, a partir de sua história e de suas relações sociais constroem identidades. Desta forma, as identidades são construídas através de uma relação dialética – indivíduo e meio social (sociedade) (BERGER ; LUCKMANN , p. 230). Torna-se relevante destacar que os autores salientam que as identidades não são de toda forma inflexíveis. Elas podem ser modificadas, remodeladas, enfim, transformadas com o processo histórico, de acordo com as necessidades dos grupos. Essa inferência pode ser relacionada à idéia de que as identidades estão em constante transformação e negociação, sendo as mesmas construídas em meio a um campo de tensão.

Na atualidade, existem diferentes correntes teóricas que tentam explicar como as identidades são construídas. Todavia, algo fundamental nesse processo e que permeia grande parte dos teóricos que escrevem sobre identidades é a relação que abrange o *Eu* e o *Outro*, ou o *Nós* e *Eles*. Isto é, a identidade (ou identidades) é manifesta e percebida com mais facilidade quando se está diante do *diferente*. Ao enfatizar que os sujeitos, ou grupos assimilam a “identidade social à imagem de si, para si e para os outros”, Michael Pollak entende que as identidades são definidas e construídas a partir do *Outro*, podendo ser perfeitamente negociadas: “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p. 5).

Na mesma direção, a pesquisadora Lucia Lippi Oliveira ressalta alguns aspectos que são fundamentais na construção de identidades, os quais se referem ao “sentimento de pertença”, “à inclusão e exclusão por parte do grupo”, o “reconhecimento social” dos outros integrantes do grupo, e também se os sujeitos compartilham de um “passado comum”. Por ora, descreve:

A identidade, devemos lembrar, constitui um patrimônio comum de símbolos, que condensam tanto a evocação da memória quanto um projeto de futuro. A identidade deve ser capaz de abranger e de incorporar os indivíduos na esfera pública. Isto se dá a partir de um discurso capaz de desenvolver princípios que legitimem o pertencimento. O processo de produção de pertencimento envolve mecanismos de inclusão e de exclusão, o sentimento de ‘nós’ e de ‘eles’ (OLIVEIRA, 2006, p. 43).

No trabalho, está sendo dada ênfase à dimensão de *identidade coletiva*, não que se negue as *identidades individuais*. A proposta em se pensar em uma identidade coletiva se funde no investimento do Movimento em criar um conjunto de práticas e valores particulares a sua organização, objetivando construir uma coletividade, ou uma *identidade coletiva Sem Terra*. Neste processo, a mística se configuraria como uma prática relevante na construção e afirmação dessa identidade que é edificada, ao mesmo tempo em que se torna um momento privilegiado em que se erigem representações sobre todas as instâncias e dimensões que permeiam sua organização e vida dos sujeitos. Não obstante, entendo identidade coletiva, em especial, a partir das reflexões de Pollak, no qual ressalta que identidade coletiva alude a “todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (1992, p. 7). Esse entendimento torna-se significativo, pois a identidade coletiva é fruto do investimento do próprio grupo, sendo assim, no interior dos grupos existiriam elementos característicos que identificariam os sujeitos em uma coletividade.

E quando se diz *identidade coletiva Sem Terra*, saliento um investimento em se criar uma identidade comum aos sujeitos que fazem parte do MST. Ou melhor, refiro aos indivíduos que lutam pela reforma agrária, mas que são pertencentes à organização do Movimento, e que procuram compartilhar modos de viver e visões de mundo semelhantes. Os *sem-terras* é uma definição genérica em relação àqueles que lutam pela terra, nos mais diversos movimentos sociais do campo. O ser *Sem Terra*, com letra maiúscula e sem hífen, é uma construção que distingue os sujeitos pertencentes à organização do Movimento em relação a outros grupos sociais que lutam pela reforma agrária.

Essa diferenciação encontra-se expressa em vários materiais publicados pelo Movimento, como na poesia de Carlos, do estado do Espírito Santo, no qual enfatiza que: “Sou Sem Terra sim senhor, sou Sem Terra com amor”,¹² e também nas falas de seus integrantes quando dizem que: “Somos Sem Terra! Sem Terra do MST! O Sem Terra é sempre. O nome do Sem Terra não sai nunca!”¹³ É necessário ressaltar que, essa distinção não é no sentido dos sujeitos que integram o Movimento ser superiores ou inferiores em relação aos sujeitos que participam de outras organizações na luta pela terra, mas sim, na perspectiva de que as práticas, os modos de organização, as visões de mundo, os projetos políticos, dentre outras questões por vezes são distintas. Neste prisma, cada grupo, com suas práticas e representações particulares constroem e reconstroem sua identidade coletiva, se fazendo grupo e também se distinguindo de outros grupos.

As condições identitárias do ser Sem Terra extrapolam o fato de os sujeitos não terem a posse da terra, embora isso seja algo relevante e comum a todos. Essa identificação com o MST, e posteriormente a incorporação do sentimento de ser Sem Terra geralmente começa quando o sujeito vai para o acampamento, e continua se processando com a conquista do seu pedaço de chão. Ao realizar entrevistas com um grupo de sujeitos que viviam no assentamento Estrela da Ilha, foi possível perceber que por mais que os sujeitos não participassem mais com tanta intensidade das atividades do Movimento, estes demonstraram possuir laços sentimentais que os ligavam ao Movimento. Mesmo assentados, o que lhes tiraria em tese a sua condição de ser *sem-terra* (não ter terra), evidenciaram sentimentos de pertença à organização do MST. Ou seja, destacavam que iriam *ser sempre Sem Terra*, pois através do Movimento tiveram a oportunidade de lutar e sonhar com uma vida digna. O sentimento de gratidão e respeito ao MST foi constante em grande parte das narrativas.

Ao assumir a *identidade Sem Terra*, os sujeitos passariam por um processo de rompimento com a *identidade sem-terra estigmatizada*. Sobre *identidade estigmatizada*, recorro às compreensões de Berger e Luckmann (1996, p. 218-19), que explicam que o estigma (por vezes pejorativo) é algo construído e inflexível, que marca os sujeitos e os grupos. No decorrer do processo histórico, especialmente através dos meios de comunicação, criou-se uma imagem estigmatizada dos sem-terra, no sentido de que os mesmos eram *vagabundos, baderneiros, abusados, destruidores da ordem*, dentre outros

adjetivos pejorativos. E quando os sujeitos interiorizam ao que está se chamando de identidade Sem Terra, esse estigma passa a ser quebrado paulatinamente. Primeiro pelos próprios sujeitos, como foi o caso de Odair. Antes de entrar para o MST ele tinha uma visão deturpada de sua organização e da luta pela terra. Sobre o Movimento, reproduzia os discursos que os jornais e as TV construíam. À medida que buscou conhecer, interagir com o MST e participar da luta pela terra, as suas ideias foram se transformando. Em suas palavras:

E o motivo de eu ter entrado pro sem-terra, quando eu ouvia falar em MST, não sei se você lembra numa época, você ligava o Jornal Nacional, aparecia lá uma cerquinha, uma enxada, um rastro de botina, eu olhava e falava: puta merda, você não assiste mais nada que presta nesse jornal, é só bagunça dessa penca de vagabundo, baderneiros que não tem nada pra fazer, querendo tomar a terra dos outros, rapaz eu metia o pau mesmo, falava que tinha bronca, e aí você, é o que acontece, você começa acompanhar o negócio, aí você vê os resultados práticos, ou seja, pessoas que não tinha nada na vida, vivia aí perdido e de repente vai te incentivando, e foi isso que me fez¹⁴.

Quem imaginaria que o Odair fosse fazer parte e se sentir pertencente ao grupo que detestava e repudiava. A sua visão do Movimento como grupo de *vagabundos* e *baderneiros* se transformou. O MST passou a ser visto por Odair como uma oportunidade de mudar de vida, de conquistar seu pedaço de chão e viver com dignidade. Com o tempo, ele não teria mais vergonha de se identificar como Sem Terra, que lutava na organização do Movimento. Em outras narrativas, tanto construídas no acampamento Madre Cristina, como no assentamento Estrela da Ilha, analisei que muitos dos sujeitos que se diziam ser Sem Terra, no início de sua caminhada de lutas, tinham vergonha de falar em outros lugares que eram acampados ou assentados, e que faziam parte da organização do MST. Mas isso foi se rompendo com o tempo, à medida que foram se identificando com o grupo e interiorizando as suas ideias, valores, práticas e representações.

Com o tempo, os integrantes do MST interiorizam para si uma identidade Sem Terra, um sentimento de pertença ao Movimento. Elas não são mais *arrendatárias*, *bóias frias*, *sem-terras*, mas sim passam a se reconhecer como *Sem Terra*, lutadores pela terra, pertencentes a um movimento social

chamado MST. Em contrapartida, partindo do pressuposto de que o Movimento não é homogêneo, e que nem todas as pessoas pensam e sentem da mesma forma, não se pode acreditar que todos os sujeitos que lutam no MST interiorizam e se sentem pertencentes a sua organização. Mesmo que haja um investimento em se criar uma identidade coletiva, muitos sujeitos visualizam, no Movimento, apenas a oportunidade de conquistar seu pedaço de chão, e alcançando seu objetivo não se envolvem mais com a organização e com as práticas comuns ao grupo. A identificação ou a construção da identidade Sem Terra se dá a partir de um processo de interação. É preciso que os sujeitos interiorizem os valores, práticas e visões de mundo da organização do Movimento para que se sintam pertencentes a ele.

Nessa perspectiva, Suzana S. L. Ribeiro (2007, p. 307) salienta que os sujeitos interiorizam *identidades múltiplas* (religiosidade, gênero, raça, procedência, etc.) que nem sempre reforçam ou vão ao encontro da *identidade central* (coletiva) que o Movimento intenta construir. No assentamento pesquisado, muitos sujeitos admiravam e de certa forma se sentiam parte do MST, porém, não compartilhavam com algumas de suas formas de agir e pensar, como é o caso de seu João Pereira, 79 anos, assentado e que vivera mais de dois anos acampado. Em sua narrativa, disse que não gostava e entendia como errado as *invasões* (ocupações) que o MST realizava.¹⁵ A visão de seu João se tornava contraditória às concepções do Movimento, pois o ato de ocupar é umas das características marcantes que permeiam a identidade Sem Terra.

Por estes descaminhos entre sujeitos e as concepções sistematizadas pela organização do Movimento é que se encontra a tensão no *jogo de identidades*, em que os sujeitos as negociam a todo o momento, visando ao bem estar do grupo. Ao buscar solidificar ou estabilizar princípios que regem sua identidade coletiva, não há como o Movimento homogeneizar os estilos de ser de seus integrantes. A busca por se construir uma identidade coletiva também tem seus limites, e quase sempre é construída por tensões e negociações entre o sujeito individual e coletivo, mesmo que para a organização do Movimento o coletivo deva sempre prevalecer. As contradições e descontinuidades estão presentes no interior dos movimentos sociais, contrariando a velha ideia da homogeneidade dos grupos. É importante ressaltar que este fato não quer dizer que o grupo não intente buscar uma identidade coletiva, ou seja, algo inerente a todos, e que os identifique como grupo.

Segundo Ribeiro, ao interiorizarem a identidade Sem Terra, não quer dizer que os sujeitos percam outras identidades inerentes a sua história de vida. Estes vão passar a ser Sem Terra, contudo não vão deixar de ser brasileiros, nordestinos, homens, mulheres, etc. Deste modo, defende a ideia das *múltiplas identidades*. “Dessa dinâmica, bastante fluída, surgem as múltiplas identidades, pois cada pessoa pertence ao mesmo tempo a várias comunidades ou grupos” (RIBEIRO, 2007, p. 309). Sobre isso, compreende os processos de identificação no MST como algo negociado e *sempre em marcha* (em movimento), no sentido de que o próprio Movimento, enquanto organização, sempre se vê obrigado a repensar algumas de suas concepções a partir da realidade dos acampados e assentados, que dão corpo e vida a ele.

A identidade Sem Terra é construída mediante a intersecção entre o sujeito e o coletivo, entre o indivíduo e o grupo, no qual os conflitos e negociações são constantes. Todavia, se superadas, fortalece ainda mais o coletivo Sem Terra. A identificação de cada sujeito, no sentido de se sentir parte do MST, se configura como particular, mesmo que a intenção do Movimento seja criar ambientes e atividades que possam desabrochar nos sujeitos esse sentimento de pertença. As experiências são individuais e particulares, contudo, num determinado momento, estas se convertem para o que venho chamando de identidade coletiva, ou melhor, identidade Sem Terra.

Analisar como se dão os processos identitários não é uma tarefa simples. Com o decorrer do tempo, os grupos criam seus processos de socialização e identificação, e no caso do MST, existe um investimento em se construir práticas e valores que identificam os sujeitos Sem Terra. Para se constituir uma identidade coletiva é preciso que um conjunto de regras, valores e comportamentos sejam postos, visando a que o grupo seja mais ou menos coeso em suas formas de agir e pensar. Ser um sujeito coletivo seria ser representante de um grupo. Os sujeitos Sem Terra, em todos os momentos, teriam a responsabilidade de ser representantes do Movimento. Por ora, a construção da identidade coletiva no MST, sendo um investimento de sua organização, os sujeitos necessitariam interiorizar e tomar para si algumas de suas práticas, valores e visões de mundo.

São diversos os elementos que marcam a construção de uma identidade coletiva no Movimento. Tentarei elucidar algumas características relevantes para a construção do ser Sem Terra. Essa discussão não foge da problemática do trabalho, na medida em que analiso a prática da mística

como essencial para construir representações sobre os diversos elementos que permeiam a identidade Sem Terra. Ao adentrar para a organização do Movimento, novas preocupações e visões de mundo começam a fazer parte da vida dos sujeitos, como por exemplo, a luta para além da terra (educação, saúde, saneamento básico, etc.), o sonho de uma *nova sociedade*, a percepção de que os problemas que os envolvem são complexos e estruturais, a necessidade de criar *novos valores*, dentre outros aspectos.

Como estudiosa do MST, Roseli Salette Caldart (2000) elenca considerações importantes em torno dessa discussão. No seu entender, a formação do *sujeito Sem Terra* não se concretiza apenas na assimilação dos discursos, mas sim, fundamentalmente pela vivência pessoal nas ações de luta. Participando das lutas, realiza-se o que chama de *aprendizado coletivo*, que paulatinamente se transformam em *cultura própria*, no sentido do “jeito de ser, hábitos, posturas, convicções, valores, expressões de vida social produzida em movimento, e que já extrapolam os limites deste grupo social específico”. Sendo assim, os sujeitos integrantes do MST, por meio das lutas, vão se apropriando de novas formas de viver e conceber a vida, podendo ser sentidas em sua prática cotidiana. Os novos hábitos, valores e práticas é que seriam essenciais para se construir a identidade Sem Terra. Na visão de Caldart, ao fazerem parte do MST, os sujeitos acabam aprendendo e se identificando com alguns “aprendizados coletivos”, que são frutos da vivência na construção do próprio Movimento. Nessa direção, os sujeitos criariam a partir da luta social e de suas experiências em grupo um “modo de ser Sem Terra” (CALDART, 2000, p. 106).

No processo de interiorização do *modo de ser Sem Terra*, quais seriam as práticas e valores que delineiam essa construção? Ou melhor, existem alguns elementos fundamentais que permeiam o forjar da identidade coletiva Sem Terra? No MST, o investimento em se construir uma identidade coletiva se processa de maneira conjunta, através das práticas e manifestações organizadas pelo grupo. Desta forma, as relações entre indivíduo/grupo, e indivíduo/atividades são fundamentais para forjar essa identidade, fazendo com que os sujeitos se identifiquem e se sintam pertencentes ao Movimento.

A *conquista da terra* se torna um dos elementos fundamentais para a organização e sustentação da identidade coletiva Sem Terra, pois é um objetivo e sonho comum a todos os integrantes do grupo. Porém, há um conjunto de práticas na organização que se configuram como relevantes nesse processo. Segundo Ribeiro (2007), as mobilizações (passeatas,

ocupações, marchas, atos públicos em geral) são momentos relevantes para a edificação da identidade Sem Terra. Os cursos de formação, bem como outros cursos também se tornam importantes, pois através deles os sujeitos tomam conhecimento das normas, objetivos, valores e visões de mundo do Movimento. A prática da mística também se configuraria como elemento significativo na construção da identidade Sem Terra, pois acaba se transformando em momentos marcantes, determinantes, explicadores e inspiradores para viver em coletividade.

Todas essas atividades e momentos são privilegiados no interior da organização do MST, e para que os sujeitos interiorizem a identidade Sem Terra, é necessário que os mesmos participem e se identifiquem com essas práticas, pois nelas cada sujeito é responsável por formar o *corpo* do Movimento. Nas atividades, os sujeitos são elementos centrais de um coletivo, sendo que cada um representaria sua organização. Por este prisma, “as manifestações são exemplos de ações que promovem uma identidade oficial, que se pretende coesa, linear e homogênea” (RIBEIRO, 2007, p. 324). Ao falarem das marchas, ocupações, e de outras atividades organizadas pelo MST, os sujeitos que viviam no acampamento Madre Cristina e no assentamento Estrela da Ilha evidenciaram com grande intensidade seu sentimento de pertença ao grupo. Esses momentos foram marcantes na vida dos mesmos, em que os fragmentos de suas histórias eram compartilhadas coletivamente. Momentos em que o *eu individual* dialogava com o *nós coletivo*, e assim se erigia e ganhava força o *corpo* MST. Participar das diversas manifestações e atividades era sentir-se parte do Movimento.

No entendimento de Caldart (2000), existem práticas no Movimento que podem ser consideradas cruciais, em que se inicia o processo de edificação da identidade Sem Terra, ou como prefere dizer: “o modo de ser Sem Terra”. O primeiro se refere ao ato de “ocupar a terra”. Para a autora, a ocupação de terras, tão incentivada pelo MST, e sendo uma de suas maiores marcas, se processaria talvez como a “mais rica em significados socioculturais que formam o sujeito Sem Terra e projetam mudanças lentas e profundas no modo das pessoas se posicionarem diante da realidade, do mundo”. O ato de ocupar seria um dos princípios para a criação do ser Sem Terra, no qual “prepara o ‘terreno’ para os aprendizados desdobrados das demais vivências” (CALDART, 2000, p. 108). Por meio da ocupação, o sujeito daria um passo político frente ao estado atual das coisas. A ocupação seria um sinal de

ruptura com o sistema. Depois da ocupação, os sujeitos que eram *anônimos* passariam a ser reconhecidos como Sem Terra.

A “vivência no acampamento” seria outro aspecto relevante no processo de construção da identidade Sem Terra. Neste espaço, os sujeitos teriam a oportunidade de aprender a viver em coletividade.¹⁶ Na ótica do MST, o acampamento é muito mais que um aglomerado de barracos a fim de fazer pressão nos órgãos públicos para efetivar as desapropriações de terras. O tempo de acampar é visto como um tempo de aprendizado, em que se começa a investir na produção do *novo homem*. Valores, visões de mundo, normas e disciplinas já começam a ser *ensinadas* para os sujeitos. Por isso, o acampamento possui outros sentidos relevantes para a organização do Movimento. É necessário lembrar, que o MST prima pela permanência dos sujeitos no acampamento, mesmo que nem todas as famílias se estabeleçam em tempo integral. Do ponto de vista pedagógico, o acampamento pode ser chamado como um “espaço de socialização”, em que os sujeitos necessariamente precisariam sair do isolamento, e vivenciar atividades coletivas.

[...] o acampamento pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem-terra, que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade cujas regras e jeito de funcionar, embora tão diferente da sua experiência anterior, foram eles mesmos que ajudaram a constituir. É desde este aspecto que podemos identificar alguns dos aprendizados fundamentais que proporciona a quem dele participa (CALDART, 2000, p. 16).

O “assentamento” seria outro momento relevante para que os sujeitos interiorizassem a identidade Sem Terra. A princípio, ressalta-se que é preciso pensar os assentamentos não apenas como pequenas *unidades de produção*. Eles são muito mais que isso. Também são *núcleos sociais*, em que as pessoas desenvolvem e vivem diversas atividades que permeiam suas vidas. Caldart (2000) descreveu que nos assentamentos é marcada uma nova etapa da construção do modo de ser Sem Terra, pois, com a conquista da terra os sujeitos precisam “fazer escolhas”, podendo elas ser geradoras de muitos conflitos. Algumas relações sociais que eram latentes no acampamento podem perder força com a conquista do lote, principalmente quando as famílias começam a se isolar uma das outras.

Essa nova etapa que marca a construção da identidade Sem Terra geralmente é constituída por muitos conflitos entre as famílias. Conflitos estes que são até certo ponto normais, pois, embora possam ter trajetórias de vidas semelhantes, “viveram processos socioculturais diversos” (CALDART, 2000). Uma problemática levantada por Caldart (2000) é que muitas das famílias se acomodam com a chegada no assentamento, pensando que a luta terminou. Por parte do MST, há orientações para que as famílias que conquistaram seu pedaço de chão não parem de lutar, auxiliando outros companheiros a também chegarem à *terra prometida*. Esse aspecto é muito importante na construção identitária do Movimento, pois mesmo *com terra*, os sujeitos não deixariam de ser *Sem Terra*, integrante do corpo chamado MST.

Ocupar a terra, viver no acampamento e continuar lutando mesmo depois de assentado são assim, pontos significativos para a construção da identidade Sem Terra. Todavia, ser do MST significaria viver de uma maneira *específica*, com características distintas, cultivando a utopia socialista da transformação social. Isto é, “ser do MST quer dizer, então, ser um membro desta organização social de massas partilhando dos desafios cotidianos da implementação de cada um de seus princípios, objetivos e linhas de ação” (CALDART, 2000, p. 129). Nos mais diversos materiais produzidos pelo Movimento, encontram-se uma busca *em ser diferente*. E construir características que o tornam distinto é fundamental para sua identidade coletiva, partindo do pressuposto que a identidade se manifesta predominantemente através do *Outro*.

Em um Caderno de Estudos, publicado pelo MST no ano de 2002, há alguns aspectos que auxiliariam na reflexão sobre o que é ser Sem Terra, ou um jovem Sem Terra. Essa publicação intitula-se: *A Força da Juventude do MST na Luta por um Brasil sem latifúndio e Contra a ALCA*. Os textos contidos na fonte foram publicados especialmente para orientar os trabalhos de grupo, e de delegações de Jovens do MST que participaram do 4º *Curso sobre a Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural*, realizado na Universidade de Campinas (Unicamp). É bom lembrar que este material não ficou restrito apenas ao curso. A orientação foi para que depois se discutissem os textos com os jovens nos acampamentos e assentamentos. O objetivo central do material era proporcionar subsídios para que os jovens discutissem sobre a sua presença e atuação no Movimento. O MST, naquele momento, enfaticamente dizia que era “chegada a hora e a vez de efetivamente a juventude entrar no MST”.¹⁷ Esse *entrar no MST* objetivava algo mais, não

apenas a presença dos jovens em suas atividades. Os jovens deveriam assumir tarefas em sua organização.

No que se refere a ser um *Sem Terra*, ou um *jovem Sem Terra*, são elencadas algumas características. “Ser Sem Terra é ter a ousadia de romper as cercas do latifúndio, de ultrapassar as barreiras da exclusão e conquistar um ‘espaço’ a partir do ‘não espaço’ – do espaço negado”. Também, “pertencer ao MST é, pois, ter a capacidade de sentir o peso da responsabilidade na luta pela Libertação do nosso povo. Pertencer ao MST é também, sentir que o amanhã é possível e ‘está perto para quem caminha adiante’, como diz o poeta”¹⁸. Sobre estas concepções de *ser e pertencer* ao MST, os sujeitos não tem uma tarefa fácil, pois ser do MST é se fazer distinto. Lutar, lutar, e lutar se transforma em palavra de ordem, rumo ao sonho de uma sociedade de *homens e mulheres novos*, em que os valores, visões de mundo, modo de produção etc. deveriam ser distintos.

Ser do MST também perpassa pela dimensão de possuir uma *missão histórica*, de *lutar pela libertação do povo oprimido*. É claro que pertencer e viver conforme a organização do MST deseja também passa pela opção pessoal, de crença no projeto e nas visões de mundo do Movimento. Para o MST, pertencer a sua organização é uma opção “voluntária” e “política”. A primeira se refere ao fato de os sujeitos optarem livremente por lutarem em favor dos objetivos e causas do Movimento, fundados em seus princípios organizacionais, políticos e ideológicos. A opção política viria pela consciência de que lutar pela reforma agrária se configura numa luta política, em que haverá embates com o Estado e com a classe dominante. Neste sentido, os sujeitos tomariam consciência do seu direito historicamente negado, e passariam a lutar coletivamente para a conquista do mesmo. Como já foi explicitado, pertencer ao MST exige que os sujeitos passem da condição de ser *sem-terra*, e adquiriram uma *identidade Sem Terra*, com nome próprio, integrante de uma organização coletiva. E, ser do MST, é necessário ter em mente que a luta não é apenas para se obter um pedaço de chão, mas sim, contra toda a estrutura política, econômica e social que impede o acesso à terra, e que gera tantas desigualdades sociais.

Para alguém optar politicamente para pertencer a uma organização como o MST, não basta a condição natural de ser sem-terra. Essa condição é importante mas, para dar esse passo é necessário tomar consciência dessa condição, tomar consciência do processo histórico; das raízes, enfim, é

necessário decidir – se a lutar contra a condição de ser sem-terra, a lutar contra as causas dessa condição¹⁹.

Ao procurar compreender como é construída a identidade coletiva Sem Terra, e tendo a prática da mística relevância nesse processo, nota-se que o MST se quer fazer distinto. Isto é, busca construir características peculiares à sua organização. Construindo práticas, valores e modos de ser distintos, o Movimento também constrói sua identidade coletiva, se fazendo grupo e se diferenciando de outros. A pesquisadora Rosemeire Ap. de Almeida (2006), levantou reflexões significativas quanto a essa problemática. No seu entender, o Movimento constrói “práticas distintivas” em relação a outros grupos que lutam pela terra, e essas práticas seriam relevantes para a formação de sua identidade coletiva, ou como diria a autora, para a formação do *habitus* Sem Terra. Embasando-se no conceito de *habitus*,²⁰ sobretudo a partir das idéias de Pierre Bourdieu, Almeida ressalta algo relevante para pensar no “*habitus* Sem Terra”, na medida em que este *habitus* faz reconhecer o sujeito e sua representação no meio social. “Por conseguinte, o *habitus* representa o indivíduo e o ser social, logo é a incorporação da mesma história partilhada pelo grupo e também aquilo que permite reconhecer o indivíduo entre todos os outros” (ALMEIDA, 2006, p. 197).

Nesse processo, Almeida destaca dois *habitus* relevantes que constituiria o *habitus* Sem Terra, ou os *modos de viver* dos integrantes do MST. O primeiro seria o “*habitus* do enfrentamento”. Nas falas dos sujeitos, ao se remeterem às ocupações, manifestações públicas, paralisações nas rodovias etc. é possível observar vestígios desse *habitus*. O *habitus* de enfrentamento é um investimento do Movimento, e faz com que os sujeitos incorporem em suas práticas “ações de enfrentamento”, não esperando a vontade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para efetivar as desapropriações de latifúndios improdutivos. *Partir para cima, ocupar, não vamos desistir, vamos enfrentar, vamos lutar, não vamos arredar o pé*, dentre outras expressões são constantes nas falas dos sujeitos que integram o MST, sendo elas evidências do *habitus* de enfrentamento construído por sua organização.

Algo que Almeida sublinha, e que também é importante para se compreender a construção do *habitus* Sem Terra diz respeito à “linguagem”. No MST, haveria um *habitus* expresso no falar, que conduziria aos sujeitos interiorizarem um vocabulário próprio. Algumas palavras como *movimento, mística, ocupação, conjuntura, barraco, acampamento, assentamento, formação, militância*,

caminhada, marcha, burguesia, elite, dentre outras são comuns em meio aos sujeitos que o integram, os remetendo à criação de um “*habitus* linguístico” próprio, gerando *identidade* e *distinção* em relação a outros grupos. Por este viés, no “processo de construção de um *habitus* linguístico, a partir das condições sociais da luta, o MST cria novos significados e funções para as palavras, mas também recupera o significado social de algumas, com base na observância do *habitus*” (ALMEIDA, 2006, p. 200). Na intenção de se fazer distinto, porém não superior ou inferior a outros grupos que lutam pela terra, o Movimento constrói a sua linguagem, valores, normas, enfim, aquilo que acha importante para sua organização e conquista de seus objetivos.

Em relação às normas e valores privilegiados pelo Movimento, existe uma quantidade considerável de materiais que procuram sistematizá-los.²¹ É interessante pensar que os valores que cerceiam sua organização também se constituem como significativos para a construção da identidade Sem Terra, especialmente pelo fato de que estes são sistematizados para tentar estabelecer um padrão de vida e condutas do ser Sem Terra. Os cuidados pessoais, a beleza nos acampamentos e assentamentos, a disciplina, solidariedade, o companheirismo, os vestuários, a participação, limpeza, comportamentos pessoais, dentre outros aspectos compõem o quadro de valores e princípios do Movimento. A construção de *novos valores* soma-se na construção da identidade coletiva Sem Terra.

Nas publicações do Movimento, talvez, o maior valor encontrado foi a *disciplina*. A palavra *disciplina* se repete constantemente nos materiais produzidos pelo MST.²² A disciplina então é visualizada como um dos pilares básicos de sustentação do Movimento. Se não houver disciplina e respeito às suas *normas gerais*, o MST não conseguirá triunfar. No Caderno *Construindo o Caminho*, é dedicado um capítulo para trabalhar a questão da disciplina no MST, como se ela fosse parte integrante da identidade Sem Terra. A disciplina seria respeitar as *normas gerais* e os *princípios organizativos* do Movimento, de forma com que as ações dos sujeitos venham a contribuir com a organização, e não atrapalhar. Assim, “pode-se concluir então que ser disciplinado numa organização como o MST é a necessidade prática e objetiva para contribuir com a conquista da terra, da reforma agrária e das mudanças sociais no país”.²³ Na publicação são discutidas diversas dimensões relacionadas à disciplina no MST, sendo que ser disciplinado diz respeito a todas as áreas da vida dos sujeitos, tanto as individuais como as coletivas.²⁴ Seguindo adiante na discussão, para ser Sem Terra é fundamental ter

disciplina. Ser disciplinado se configuraria como um valor indispensável na construção da identidade coletiva Sem Terra.

Não só a disciplina, mas outros valores e padrões de comportamento precisariam ser incorporados pelos sujeitos para que se sentissem pertencentes e aceitos pelo grupo. Conforme Ribeiro, o processo de construção da identidade coletiva Sem Terra possui algumas imposições, e sendo representantes do Movimento, os sujeitos precisariam respeitar e criar gosto pelas regras e comportamentos que permeiam o modo de ser Sem Terra. Caso contrário, não seriam aceitos e nem interiorizariam sentimentos de pertença ao grupo. Por este viés, a identidade que o MST quer construir para si também se torna excludente, ou seja, aqueles que não compartilham com algumas ideias centrais do Movimento e praticam os chamados *desvios de conduta* ou *vícios*, podem ser até expulsos do grupo. Neste caso, a entrada no MST que deveria ser para *incluir*, acaba reproduzindo a *exclusão*. Nessa direção, Ribeiro reflete:

A identidade construída coletivamente faz imposições, as pessoas do grupo cobram um comportamento que é o de representante. No limite, uma identidade criada para superar a exclusão pode igualmente se tornar excludente e intolerante. Em alguns casos nota-se que comportamentos desviantes também são punidos, e o próprio Movimento, estabelecendo limites, exclui pessoas do relacionamento naquela comunidade. Casos assim se repetem em assentamentos e principalmente em acampamentos relacionados à questão do alcoolismo e da dependência de drogas, o que no limite pode acarretar em expulsão (RIBEIRO, 2007, p. 314).

Mas o que tem a ver a prática da mística com essas questões? Ou melhor, qual a relação da mística com a construção da identidade coletiva Sem Terra? Nas análises, observei que nas apresentações de mística, devem-se construir representações que contemplem os aspectos fundamentais no processo de edificação da identidade Sem Terra. Nesta perspectiva, a mística se torna parte constitutiva deste processo. Através dela se constroem representações sobre o acampamento, assentamento, as ocupações, sobre os comportamentos e valores que os sujeitos devem vivenciar, dentre outras atividades e dimensões essenciais que constituem o modo de viver Sem Terra. É neste sentido que a prática da mística é tão respeitada e valorizada pela organização do Movimento, contribuindo para a construção de

representações que privilegiem sua organização, se fazendo distinto dos outros grupos, e auxiliando na construção da identidade coletiva Sem Terra.

Tudo é relacionado à mística no MST. Além de ser um *valor* para sua organização, outras dimensões que fazem parte da vida dos sujeitos são desenvolvidas nas apresentações. As convicções políticas e ideológicas, os valores e visões de mundo do MST devem ser investidos no desenvolvimento da mística. *Animando* as lutas e *tocando o coração* dos sujeitos, sua prática é estrategicamente sistematizada. No *Caderno de Formação N° 27*, o Movimento procurou demonstrar a importância de se trabalhar na mística as várias dimensões que abrangem sua organização e a vida cotidiana dos sujeitos. No texto de Ademar Bogo, fica explícita essa necessidade:

A mística deve ser desenvolvida também em torno de vários valores éticos e políticos como: a disciplina, a beleza, a limpeza, o companheirismo, o vestuário, o comportamento pessoal, a coerência: política, histórica e moral. Estes e outros valores passam a ter sentido quando combinados com a causa maior, pois passa-se a perceber que sem eles não se chegará onde queremos e se chegarmos as deformações serão tão grandes que não valerá a pena ter lutado e se sacrificado por aquilo²⁵.

Percebe-se que a mística deveria ser desenvolvida em torno dos valores éticos e políticos do Movimento. Numa perspectiva mais individual, é ressaltado no *Caderno de Formação* que essa prática necessitaria ser trabalhada também em torno dos *cuidados com o corpo* e a *saúde* dos sujeitos. Em maio de 2004, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* lançou uma *Edição Especial*, em comemoração aos seus vinte anos de luta. Na página 4, são elucidados alguns *valores que libertam*, segundo a ótica do MST. Dentre estes valores estão a *valorização da vida*, a *beleza*, os *símbolos*, a *defesa do trabalho e do estudo*, a *indignação*, a *ética*, o *respeito aos princípios*, e a tão valorizada *mística*. Pensando na prática da mística, é significativo como o Movimento a relaciona com outros *valores*. Além de ser um próprio valor, ela deveria contemplar outros valores. Isso se evidencia quanto ao *respeito aos princípios* do MST, no sentido de que a organização e todos os integrantes do Movimento devem assumi-los como parte da vida e “criar a mística em torno deles”.²⁶ Assim, a mística passou a ser encarada como um elemento fundamental que movia a organização e os sujeitos a seguirem em frente, mesmo diante de tantas adversidades.

Vista como sua *alma*, e sendo relacionada a tudo aquilo que envolve a organização e a vida dos sujeitos, o fazer da mística se torna essencial no Movimento. Nas apresentações são construídas representações que dizem respeito ao *coletivo Sem Terra*, e também a *questões individuais* dos sujeitos. Entretanto, as representações construídas são sempre direcionadas de acordo com os interesses e objetivos do Movimento.

Na mística, a identidade Sem Terra é processada, em que os mais diversos elementos que compõem o seu fazer são canalizados buscando um só sentido: *a unidade do MST*. Para Christine de Alencar Chaves (2000, p. 85-7), a magia da mística é auxiliar eficazmente na construção da identidade coletiva Sem Terra, onde todas as ações dos sujeitos, sejam individuais ou coletivas, necessitam primordialmente confluir com os interesses mais amplos do Movimento. Nesse prisma, a mística se configuraria como parte integrante do processo de formação do *homem novo*, fazendo com que os sujeitos interiorizem seus princípios e normas, e acreditem em seus projetos. Sendo tudo relacionado à mística, o seu desenvolvimento seria um momento privilegiado em que erigem representações sobre todas as instâncias e dimensões que perpassam a construção da identidade coletiva Sem Terra. A mística se tornaria parte constitutiva desse processo.

Referências

Documentação primária impressa

MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, julho de 2001.

MST – Setor de Formação. *A Força da Juventude do MST na Luta por um Brasil sem latifúndio e Contra a ALCA*. São Paulo, janeiro de 2002.

Carlos. Sou Sem Terra, sim senhor! In: MST – Caderno do Educando – Pra Soletrar a Liberdade Nº 2. 2ª Ed. *Somos Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003.

BOGO, A. Como Melhorar Nossa Mística. In: MST- Caderno de Formação Nº 27. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo, março de 1998.

Valores que Libertam. MST - *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Edição Especial)*. São Paulo, maio de 2004.

Maria. Entrevista realizada por Fabiano Coelho. Assentamento Estrela da Ilha, Ilha Solteira - SP, 28/08/2008.

João Pereira. Entrevista realizada por Fabiano Coelho. Assentamento Estrela da Ilha, Ilha Solteira - SP, 08/08/2009.

Odair. Entrevista realizada por Fabiano Coelho. Acampamento Madre Cristina, Itapura - SP, 13/01/2007.

Obras de apoio

ALBERTI, V. *Ouvir, Contar* – Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, R. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. 26ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BORGES, M. C. *De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema* – SP. 2004. 391 f. Tese (Doutorado em História). Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHAVES, C. de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COELHO, F. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FACHI, E. de. *Na Luta por um Pedaco de Chão: experiência e cotidiano nos assentamentos de sem-terra do Sul de Mato Grosso do Sul*. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. In: Secretaria Municipal de Cultura – DPH. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 157-160.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MOUILLAUD, M. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. p. 37-47.

OLIVEIRA, L. L. Reflexões sobre Identidade e Alteridade: Brasil e Estados Unidos. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *As*

Identidades no Tempo: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: EDUFES, 2006. p. 35-46.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

RIBEIRO, S. L. S. *Tramas e Traumas: identidades em marcha*. São Paulo, 2007. 392 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

SILVA, É. N. da. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SILVA, C. B. da. *Homens e Mulheres em Movimento: Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 10 de junho de 2011 e aprovado para publicação em 02 de agosto de 2011.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Técnico em Assuntos Educacionais – COAE/UFGD. E-mail: fabianocoelho@ufgd.edu.br.

² Quando escrevo “Movimento” com letra maiúscula refiro-me ao MST.

³ O trabalho é fruto de algumas discussões organizadas em minha dissertação de Mestrado, sobretudo, no capítulo IV, intitulado “A Mística no MST: campo de representações e identidade”. Ver: COELHO, Fabiano. *A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST*. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. Algumas das reflexões contidas no artigo foram apresentadas no “X Encontro de História de Mato Grosso do Sul; I Simpósio Internacional de História; XIII Semana de História da UFMS/CPTL – ‘As muitas (in) dependências das Américas: dois séculos de História’”, realizado na UFMS/CPTL, entre os dias 13 e 16 de julho de 2010, em Três Lagoas/MS.

⁴ O “Sem Terra” com letra maiúscula e sem hífen diz respeito aos sujeitos que integram e pertencem à organização do MST.

⁵ O acampamento Madre Cristina começou a ser organizado no ano de 2003, e até a realização das entrevistas localizava-se na rodovia Gerson Dourado de Oliveira, Km 12. Esse

acampamento abrigava em torno de 102 famílias e era vinculado a Regional do MST em Andradina – SP.

⁶ O assentamento Estrela da Ilha fora criado em fevereiro de 2005, e abriga duzentas e duas famílias providas de diversos acampamentos ligados ao MST na região do Noroeste Paulista.

⁷ Ao usar o termo “agentes religiosos” refiro-me aos bispos, padres, freiras, pastores e indivíduos leigos que desenvolviam trabalhos com os homens e mulheres marginalizados na cidade e no campo, sob a perspectiva da Teologia da Libertação.

⁸ Os estudos de Roger Chartier (1990; 2002) e Pierre Bourdieu (2006) foram fundamentais para refletir sobre a “mística”, sobretudo, para analisá-la como uma prática cultural e política, construtora de representações no MST. A ideia de “representações” também está pautada nas visões destes autores, os quais compreendem que “representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos e seus respectivos grupos fundamentam e organizam seu mundo.

⁹ Sobre o conceito “interiorizar”, ou “interiorização”, pauta-se nas ideias dos sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1996, p. 174-175), os quais compreendem que os indivíduos só se tornam membro de uma sociedade caso os mesmos tenham “interiorizado” os mecanismos que a regem. Sendo assim, no MST, e também em outros grupos sociais, os sujeitos só se sentem pertencentes a eles quando interiorizam os seus modos de viver, suas práticas etc. Para tanto, interiorizar faz parte do processo de construção das identidades.

¹⁰ Em sua Tese de Doutorado, Suzana L. S. Ribeiro (2007, p. 287-303) faz uma discussão interessante sobre a historicidade do conceito identidade, destacando as concepções de alguns autores das diversas áreas do conhecimento.

¹¹ Apesar de apropriar das reflexões destes autores, não compartilho com algumas idéias dos mesmos, principalmente, no que se refere à afirmação da impossibilidade de existir “identidades coletivas”.

¹² Carlos. Sou Sem Terra, sim senhor! In: MST – Caderno do Educando – Pra Solettrar a Liberdade Nº 2. 2ª Ed. *Somos Sem Terra*. São Paulo, julho de 2003.

¹³ *Maria*. Entrevista realizada por Fabiano Coelho. Assentamento Estrela da Ilha, Ilha Solteira - SP, 28/08/2008.

¹⁴ *Odair*. Entrevista realizada por Fabiano Coelho. Acampamento Madre Cristina, Itapura - SP, 13/01/2007.

¹⁵ *João Pereira*. Entrevista realizada por Fabiano Coelho. Assentamento Estrela da Ilha, Ilha Solteira - SP, 08/08/2009.

¹⁶ Sobre a dinâmica que envolve o ato de acampar, as formas de vivência em acampamentos e experiências de ocupações, ver: FACHI, Edna de. *Na Luta por um Pedaco de Chão: experiência e cotidiano nos assentamentos de sem-terra do Sul de Mato Grosso do Sul*. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

¹⁷ MST – Setor de Formação. *A Força da Juventude do MST na Luta por um Brasil sem latifúndio e Contra a ALCA*. São Paulo, janeiro de 2002. p. 5.

¹⁸ MST – Setor de Formação. *A Força da Juventude do MST na Luta por um Brasil sem Latifúndio e Contra a ALCA*. p. 6-7.

¹⁹ MST – Setor de Formação. *A Força da Juventude do MST na Luta por um Brasil sem Latifúndio e Contra a ALCA*. p. 7.

²⁰ Conforme Almeida (2006, p. 195-6): “o ‘*habitus*’ é o sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito que, diante de situações novas, pode gerar estratégias práticas. Isso significa dizer que ele é capaz de inventar novas formas de desempenhar velhas funções”.

²¹ Sobre as normas e regras da organização do MST, ver: MST – Cadernos Vermelhos N° 2. *Normas Gerais do MST*. São Paulo, setembro de 1989. Em relação aos valores, ver: MST- Caderno de Formação N° 26. *A vez dos Valores*. São Paulo, janeiro de 1998; MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, julho de 2001; MST – Caderno do Educando – Pra Solettrar a Liberdade N° 1. *Nossos Valores*. Veranópolis – RS, junho de 2000.

²² No ano de 1992, o Movimento publicou na *Série de Cadernos Vermelhos* um material que discute especificamente sobre disciplina. Ver: MST – Cadernos Vermelhos N° 5. *Disciplina*. São Paulo, janeiro de 1992.

²³ MST – *Construindo o Caminho*. São Paulo, julho de 2001. p. 216.

²⁴ MST – *Construindo o Caminho*. p. 217-26.

²⁵ BOGO, A. Como Melhorar Nossa Mística. In: MST- Caderno de Formação N° 27. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo, março de 1998. p. 17.

²⁶ Valores que Libertam. MST - *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Edição Especial)*. São Paulo, maio de 2004. p. 4.